



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## **Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social**

### **Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional**

## **40 ANOS DO MST: UMA SÍNTESE DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL**

**ZAIRA SABRY AZAR**

### **RESUMO**

Trata da luta histórica pela terra no Brasil feita por organizações e movimentos do passado e atuais. Destaca a luta pela reforma agrária popular proposta pelo MST como uma síntese histórica das lutas nacionais e internacionais. Apresenta elementos da proposta em pauta que evidenciam a articulação entre gênero, raça e classe. Considera a luta mediada por contradições e complexidades do processo.

**Palavras-chave:** luta pela terra, reforma agrária popular, MST

### **ABSTRACT**

It deals with the historical struggle for land in Brazil carried out by past and current organizations and movements. It highlights the struggle for popular agrarian reform proposed by the MST as a historical synthesis of national and international struggles. It presents elements of the proposal in question that highlight the articulation between gender, race and class. It considers the struggle mediated by contradictions and complexities of the process.

**Keywords:** struggle for land, popular agrarian reform, MST

## **1-Introdução**

Este texto compõe a mesa temática coordenada “Lutas sociais, questão agrária, questão étnico-racial e Serviço Social”, no âmbito do 18º Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, que apresenta resultados de pesquisas realizadas sobre a questão agrária, lutas sociais no campo, da relação entre Serviço Social e movimentos sociais, e movimentos sociais e formação profissional. Neste sentido, trata sobre a histórica luta pela terra no Brasil, referenciando marcos que orientam a luta até os dias atuais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O Brasil é um país que se caracteriza pelas contradições marcantes de um desenvolvimento dependente desde seu período colonial, e tem na concentração fundiária a base de sua (des)formação social. Sua estrutura fundiária é concentrada desde a distribuição das terras, então “descobertas” pelos portugueses, em capitânicas hereditárias distribuídas a seletos “amigos do rei”, que passaram a ter direitos absolutos sobre. Se naquele momento histórico, a concentração fundiária se materializava nas capitânicas hereditárias e sesmarias, hoje se expressa nos grandes conglomerados de terra controlados pelo capital organizado pelo agronegócio.

Oliveira (1993), fazendo uma reflexão sobre uma das mais polêmicas teóricas e políticas do país, a questão regional, aponta como questões irresolutas para a unidade nacional, o trabalho e a terra. Para o autor, “a unidade nacional mal resolvida é simultaneamente a resolução da questão do Estado Nacional, a qual somente é assegurada na medida em que as questões do mercado de trabalho e da terra são enquadradas pelas novas classes dominantes” (Oliveira, 1993, p.47)

No que se refere à questão irresoluta da terra, há de se observar que desde sempre o controle e poder sobre a terra exercido pelas classes dominantes desencadeia processos de conflitualidade que caracterizam a questão agrária brasileira. Esta conflitualidade, considerada a partir dos interesses contrários entre as classes, expressa os problemas e desigualdades estruturais que são próprios do capitalismo, cuja resolutividade não estaria na complacência, mas em processos e organização de luta camponesa. (Girardi, 2008, p. 72). Para o autor, é através das diversas formas de reação que o campesinato se cria e se recria na dinâmica social do país.

Para Luna (1984, p. 82), “a luta camponesa é, pois a reafirmação de sua contestação ao caráter monopolizador da propriedade fundiária capitalista pela violência do capital e do Estado”, e se observa esta contestação já feita pelas populações escravizadas, descontentes com as relações sociais e de trabalho estabelecidas, onde assume destaque a particularidade da questão étnico racial impressa na caracterização social do trabalho escravo e que reverbera de forma intensa até hoje no Brasil, onde a população negra, em especial, encontra-se submetida assim, como a indígena, às piores situações e condições de vida. Vastos são os dados que mostram que tanto uma quanto a outra são as que ocupam os piores índices em todas as dimensões da vida social, como saúde, educação e trabalho.

Mas, as desigualdades impostas às classes trabalhadoras no Brasil, não têm sido consensuadas de maneira harmoniosa, mas em meio a inúmeras lutas que marcam a história



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

nacional. Desde a resistência indígena à dinâmica massacrante do “povoamento” das terras “descobertas” até os enfrentamentos explicitamente anticapitalistas que caracterizam movimentos sociais na atualidade, registram-se marcos regionais e nacionais que evidenciam a luta social, em particular a luta camponesa.

Neste sentido, destaca-se neste artigo, os 40 anos de luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, como uma síntese desta história, uma vez que congrega lições de muitas lutas nacionais e internacionais, com destaque para a articulação de camponeses (campo) e operários (cidade) como estratégia de enfrentamento ao ideário hegemônico da exploração da força de trabalho pelo capital.

Carece de esclarecimentos que o objetivo aqui é apontar aspectos que referenciam esta luta, constituindo o texto uma abordagem geral desta dinâmica, com destaque para aspectos que evidenciam conquistas da luta pela reforma agrária feita pelo MST. Tal fato, não nega contradições, problemas e desafios desta dinâmica.

O artigo se encontra organizado em dois itens, além desta introdução e das considerações. No primeiro é feita uma recuperação histórica das lutas camponesas; no segundo, é abordado sobre os 40 anos do MST, enquanto síntese da luta da classe trabalhadora. Considera que a luta anticapitalista exige a unificação das lutas, com as devidas autonomias e que a reforma agrária popular, como proposta de cultura do MST, é mediada por contradições e complexidades próprias das relações sob os ditames do capital.

## **2- Lutas pela terra:** marcos históricos

Neste item, faremos uma recuperação de lutas sociais, em especial camponesas, que marcaram a história do Brasil. Tendo como referência a colonização brasileira, observa-se que política e economicamente a posse e o controle da terra constituem elemento central para a riqueza e exercício de poder. Tal poder tem sua origem no uso e posse de terras outorgados pela Coroa portuguesa a seus representantes, assim como à igreja, desbravadores e conquistadores, constituindo então, o sistema de latifúndios, onde em termos de uso, as grandes extensões de terra se firmavam em duas perspectivas: ociosidade ou produção mercantilista para o mercado externo.

Porém, para as pessoas que não tinham acesso ou direito à terra nos ditames coloniais, as duas possibilidades lhes dificultavam de forma profunda suas condições de vida. Efetivamente, o direito à terra, como propriedade, é legalmente constituído com a Lei de Terras,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de 1850, considerada como a legalização da privatização da propriedade privada no Brasil. Com padrão concentrador de terra, a lei regularizou, com exclusividade, a posse de grandes posseiros, ou fazendeiros remanescentes da colonização, condicionando a outrem a propriedade pela compra (Santos, 2010, p. 35). Com tal iniciativa jurídica surgia a necessidade da reforma agrária, o que constitui objeto de luta desde então, ainda que não identificada por este termo. Com isso, demarca-se que sendo histórica a estrutura fundiária concentrada, histórica também deve ser considerada a luta pela terra.

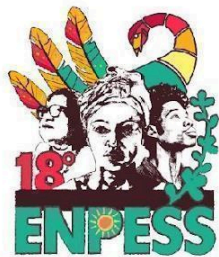
Observando a lógica dicotômica do capital, as relações contraditórias e complexas entre as classes, se pautam nos interesses opostos de cada classe, o que se capitaliza nas lutas. As lutas e resistências no país podem ser observadas como processos anteriores ao período de escravidão, afinal, os povos originários já utilizavam estratégias de resistência e luta contra os invasores portugueses de seus territórios e contra sua escravização. A contestação indígena foi fortemente combatida com a estratégia europeia da divisão entre povos e nações, promovendo guerra entre etnias. O fato é que

[...] os indígenas brasileiros não aceitaram perder seus campos de caça e coleta, para as plantações, nem o regime de escravidão, iniciados em 1530. Rebelaram-se violentamente, tanto contra a ocupação de seus espaços, quanto contra as tentativas de escravização. São razoavelmente conhecidas a Confederação dos Tamoios, no litoral sudeste, entre 1555 e 1567, a Guerra dos Bárbaros, no Nordeste, entre 1683 e 1710, a Guerra dos Manaus, entre 1710 e 1717, e a Guerra dos Guaranis, entre 1760 e 1767. (Pomar, 2009, p.31)

Demarca-se que, apesar do domínio colonial português, a resistência indígena foi determinante para a reorganização da produção, que resultou no processo de escravização africana, cujas relações desde o início se caracterizaram por grandes e intensos conflitos. Naquele momento, como maior expressão da luta negra, o quilombo

[...] incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. (Moura, 1988, p. 102)

Ainda hoje compõe o imaginário da sociedade brasileira a força de lideranças negras como Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares, heróis populares que inspiram e orientam lutas, em especial de quilombolas e periferias nas várias regiões do país. Porém, apesar do quilombo constituir a maior expressão desta luta, inegável a existência de outros mecanismos de descontentamento negro. São inúmeros os registros legais de revoltas e rebeliões, assassinatos e sabotagens na produção, mas também a alternativa ao suicídio, devido muitas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

vezes ao agravamento da apatia emocional, o conhecido “banzo”, que acometia grande parcela das etnias africanas traficadas. (2019, 2019, p. 42).

Moura (1988, p. 22) considera importantes as mais diversas formas de resistência negra, seja na dimensão subjetiva quanto na coletiva, pois para o autor cada uma constituía estratégia contra, inclusive, o Estado servil à escravocracia. Silva (2019, p. 43), chama a atenção para as manifestações culturais e religiosas, também, como resistência, inclusive que “a adoção de santos cultuados pela igreja católica associados aos orixás possibilitou uma das mais importantes expressões da cultura religiosa do país: o sincretismo”. Além disso, o autor trata da participação negra no movimento abolicionista, que, como movimento mediado por contradições e complexidades próprias das disputas políticas e econômicas, contou com a sua participação explícita.

Retomando a lei de terras, Moura (2014) a demarca como uma possibilidade perdida de reparação com as pessoas escravizadas pelos “serviços prestados”, criando-lhes as condições históricas de desigualdades sociais, econômicas e políticas que caracterizam as relações étnico raciais até hoje no país. Importante demarcar, aqui, que tal situação não se restringe às populações negras, mas inclui outras etnias, como a indígena, por exemplo. A marginalização problematizada pelo intelectual negro trata das condições históricas a que foram submetidas as populações negras no Brasil.

Na dinâmica social das contradições de nossa formação sócio econômica, além das lutas indígena e negra, outras importantes expressões da luta camponesa são a “guerra” de Canudos (1896 - 1897) e Contestado (1912 - 1916), duas relevantes contestações contra o latifúndio e o imperialismo mundial. Como marcos regionais, a Balaiada, no Maranhão (1838 - 1841), Cabanagem, no hoje estado do Pará (1835 - 1840), a revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (1954 - 1957), a guerrilha do Araguaia, no Bico do Papagaio (1967 - 1974), e também as Ligas Camponesas, organizadas nas décadas de 1950 e 1960, principalmente no Nordeste brasileiro, na luta contra os desmandos e truculência que caracterizava o latifúndio na época.

A luta pela terra, enquanto tal, como já dito, constitui centralidade na história nacional, sendo travada entre grandes latifúndios e famílias camponesas, com conflitos e confrontos diretos e indiretos. Porém, na especificidade da reforma agrária, esta luta só teve o reconhecimento pelo Estado na década de 1960, quando instituído o Estatuto da Terra, lei nº



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

4.504, em 1964, pelo governo ditatorial militar, apesar do debate político já ocorrer bem antes, sendo apontado por Stédile (2005, p. 14) que

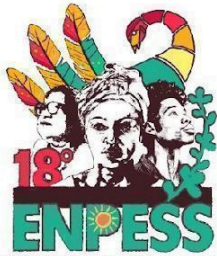
[...] a primeira manifestação real a concluir que o Brasil tinha um grande problema agrário – representado pela concentração da propriedade privada da terra (provocada pela aplicação da lei de terras desde 1850) - foi realizada pela bancada eleita pelo Partido Comunista do Brasil - PCB, na Constituinte de 1946 e defendida em plenário por seu líder maior, o senador e capitão do Exército, Luiz Carlos Prestes, propondo um programa de reforma agrária para resolver aquele grande problema.

Registra-se uma diversidade de manifestações em torno da reforma agrária, todas permeadas pelo viés político ideológico de seus proponentes, que circulam entre as concepções das mais conservadoras e reacionárias até as mais revolucionárias.

Em 1954, o então deputado federal Coutinho Cavalcanti, do Partido Trabalhista Brasileiro, do estado de São Paulo, apresentou o primeiro projeto de reforma agrária, sob influencia marxista, que em seus 250 artigos questionava o latifúndio e defendia, dentre outras coisas, “uma justa distribuição da propriedade”, além de ações de proteção ambiental e social. Tal projeto tramitou até 1971, quando foi arquivado, em pleno governo militar.

O debate sobre a necessidade da reforma agrária foi feito pelos mais diversos setores da sociedade, além de intelectuais, partidos políticos e igreja. Os camponeses, enquanto sujeitos da questão, intensificaram seus processos organizativos em todo o país. Como marco da articulação camponesa nacional, em 1961, o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas lança sua carta-declaração, onde é denunciado o monopólio da terra como obstáculo para que o país se desenvolvesse, sendo dado destaque às relações de trabalho “semifeudais”, que “escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra” Na carta, os camponeses declaram “sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical”, com a exigência de uma “reforma agrária, efetivamente democrática e progressista”, com uma “radical transformação da atual estrutura agrária do país”; “a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios” e a garantia de “acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar”. (STÉDILE, 2005, p.76). Compunham este Congresso, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e Ligas Camponesas.

As perseguições e violência que caracterizaram os governos militares, apesar de impactarem, não acabaram com organizações e movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, sendo duas grandes referências atuais criadas no período: a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com caráter sindical e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

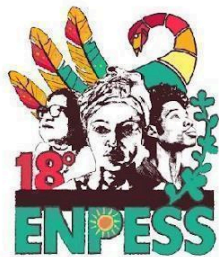
Com a chamada redemocratização, foi editado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985, com metas nunca cumpridas e as lutas reascenderam, com manifestações contundentes pela reforma agrária. Foram marchas, ocupações de terras improdutivas e de órgãos públicos, articulação com parlamentares, mas também trabalho de base, com formação política e muito enfrentamento. Em paralelo, um intenso processo de repressão, perseguição e criminalização dos movimentos sociais e lideranças.

Marcos da violência estatal foram o massacre de Corumbiara, em 1995, um conflito entre militares e trabalhadores sem terra no Acre, que resultou no assassinato de nove trabalhadores, dois militares e um homem sem identificação; e o massacre de Eldorado dos Carajás, com o assassinato de vinte e um trabalhadores sem terra pela polícia militar em 1996, em Eldorado dos Carajás, no estado do Pará. A violência estatal expôs internacionalmente o governo brasileiro quanto à irresoluidade da grave questão agrária nacional e, em especial, a vergonhosa situação de pobreza no campo devida à concentração fundiária.

Diante os fatos, em resposta, 100 mil pessoas realizaram a Marcha Nacional do MST, que “exigia a punição para os responsáveis pelos repetidos massacres de trabalhadores rurais, com destaque para o de Eldorado dos Carajás, cujas imagens fora imortalizada pelas fotos do notável fotógrafo Sebastião Salgado”. (Lerrer, 2003, p.51). Era a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que “teve como manifesto propósito chamar a atenção da sociedade não só para a necessidade da reforma agrária, mas também para o problema do desemprego nas cidades e para a impunidade dos crimes e violências cometidos contra os trabalhadores rurais na disputa por terras no Brasil.(Chaves, 2000, p.13).

Com as pressões da sociedade brasileira articuladas às pressões externas, o governo de então, criou ações urgentes voltadas à questão, articuladas pelo criado Gabinete do Ministério do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, posteriormente transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Mas, as iniciativas do governo impôs programas e projetos adequados à lógica de mercado do ideário neoliberal, obviamente, não alterando a desigualdade fundiária e nem nas condições materiais de vida das famílias camponesas em geral.

Importante destacar que a luta pela terra e pela reforma agrária foi intensificada, havendo muitas conquistas de áreas de assentamentos da reforma agrária, mas a adesão do Estado brasileiro ao modelo político econômico desencadeou profundas transformações no mundo e relações de trabalho, afetando de forma intensa a organização e luta social e política



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

dos movimentos sociais, em particular do campo. O ideário neoliberal foi assumido no Brasil desde o processo de redemocratização, já no governo Sarney (1985 - 1990), até hoje, passando por todos os governos, inclusive os do Partido dos Trabalhadores, quando se consolidou tal projeto sócio econômico.

O cenário nacional foi severamente agravado com o avanço das forças ultraliberais de cunho reacionário representadas pela eleição ao Planalto Central de Jair Bolsonaro (2019 - 2022), pelo Partido Liberal. Em campanha, evidenciou a violência como sua estratégia de combate aos conflitos sociais e políticos. Com valores antidemocráticos, agregou ao seu sector sujeitos individuais e coletivos caracterizados pela grosseira, violência e defesa de interesses individuais. Dentre grandes hordas ao seu redor, assumem destaque grupos religiosos e setores empresariais do agronegócio, com marcante participação no Parlamento brasileiro, através da Bancadas do Boi, da Bíblia e da Bala<sup>1</sup>, respectivamente, conforme conhecimento público.

Durante o governo de Bolsonaro, com a eclosão da pandemia do novo coronas vírus, a covid-19, foi escancarada mais uma vez, a precariedade e as desigualdades sociais a que se encontram submetidas mulheres, populações periféricas, negras, indígenas, dentre outras, e em particular, camponesas, isto devido, em muito, ao avanço do capitalismo no campo e o recrudescimento de práticas violentas de fazendeiros e empresas contra quaisquer tipos de contestação às práticas predatórias que lhes são próprias.

Demarca-se aqui, como elemento central para a intensificação dos conflitos e violência no campo, o estímulo do então “presidente” ao armamento de fazendeiros e defensores do agronegócio, como forma de se “proteger” e defender suas supostas propriedades privadas e projetos econômicos à bala. Dessa forma, foram registrados assassinatos de lideranças e militantes de vários movimentos, como indígenas, ambientalista, quilombola e sem terra.

Neste cenário de adversidades, os movimentos vivem um contexto sociopolítico complexo de fragmentação e descenso das lutas, ainda não retomadas em plenitude com a vitória eleitoral de forças do campo considerado democrático, mas a luta pela terra tem centrado suas ações no processo de defesa dos territórios ameaçados pelo avanço do capital no campo.

---

<sup>1</sup> As bancadas do boi, da bíblia e da bala são alcunhas a representações parlamentares, no segundo caso, de cunho religioso ultra conservador, que tem como base pautas morais de cunho reacionário; no terceiro, organizadas em defesa de práticas do agronegócio livres de regulamentação pelo Estado, ou seja, as práticas predadoras do meio ambiente, assim como a desregulamentação das relações de trabalho no campo. A bancada da bala é a representação parlamentar que defende a violência, inclusive explícita, para a resolução das questões nacionais, em destaque os conflitos agrários e, particularmente à luta pela terra, e que tem como mote a criminalização das lutas e movimentos e lideranças em sua defesa.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

São muitas as organizações e movimentos camponeses no Brasil, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF, a Via Campesina, com o Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, o movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, assim como movimentos de pescadoras e pescadores, organizações quilombolas, como a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, as pastorais sociais, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Pastoral da Juventude, a Cáritas, e tantas outras representações regionais e estaduais, Brasil afora.

Dentre tantos sujeitos deste processo histórico, destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que neste ano completa quarenta anos de luta e consideramos que expressa a síntese de múltiplos processos da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil e no mundo, sobre o que trataremos a seguir.

### **3-Reforma agrária: a síntese dos 40 anos do MST**

O MST é um dos mais importantes movimentos camponeses da história do Brasil e referenciado no mundo inteiro por seus quarenta anos de luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade com base em valores fraternos e humanistas.

Surgido na efervescência da redemocratização do país, o Movimento é “resultante de um processo histórico da formação do campesinato brasileiro, tendo sua gênese determinada por fatores econômicos e políticos.” (Silva, 2011, p.47) e imprime uma dinâmica própria pautada em valores e princípios que lhe imprimem singularidade à sua trajetória e neste sentido, assume papel de destaque por fazer enfrentamento não apenas ao latifúndio tradicional, mas, essencialmente, ao capital em suas mais variadas expressões no campo.

Com caráter sindical não circunscreve sua atuação às áreas de acampamentos e assentamentos, ou às famílias sem terra ou mesmo à sua base orgânica, pois a concepção política que lhe orienta é da luta de classes. Com dimensão nacional, encontra-se organizado em 24 estados brasileiros e tem como estratégias de luta a ocupação de terras, em particular, improdutivas; as marchas e a organicidade das famílias acampadas e assentadas; e a articulação com outras organizações e movimentos sociais do campo e da cidade, na perspectiva da aliança



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

operária e camponesa, e isso numa escala para além da nacional, o que orienta a dimensão internacionalista de sua atuação.

Os princípios e métodos organizativos que norteiam sua direção e organização política, mediados por contradições e complexidades próprias da vida na sociabilidade capitalista, foram construídos por lições aprendidas pelo Movimento, de experiências de outras organizações e lutas históricas. Como herdeiros de muitas lutas nacionais e internacionais, construiu práticas baseadas em valores humanistas e socialistas, com método de formação e estímulo ao estudo. Nesta condição bebeu em várias fontes teóricas e políticas revolucionárias. Buscou conhecer e compreender revoluções camponesas e processos e modelos de reforma pelo mundo, mas não se limitou à materialidade, se voltando, também, à compreensão teórica dos processos.

Em seus 40 anos, este Movimento apresenta em sua trajetória muitas conquistas, mas também muitos desafios. Tendo como referência os três objetivos, não cabe aqui quantificar, mas no que se refere ao acesso à terra, o Brasil é hoje um país pintado pela lona preta, que representa os acampamentos dos sem terra, em todas as regiões do país. Estes acampamentos, de modo geral, resultam de ocupações organizadas pelo MST em todos os estados em que se encontra organizado, constituindo “um farol de esperança” para pessoas que foram empurradas pelo capital à desesperança.

Em relação à reforma agrária, são inúmeras áreas de assentamentos distribuídas por todos os estados. Milhares de famílias com acesso a projetos e programas em diversas áreas, com destaque para a produção e a educação. No que se refere à luta pela educação, como maior conquista, a construção da Política Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), demarcada pela concepção de uma educação como prática social com “consciência de mudança”, expressa na educação do campo (Caldart, 2012, p. 263)

A exigência da reforma agrária pode ser sintetizada em suas palavras de ordem, definidas conforme a conjuntura social e política brasileira, e demarcam as diretrizes para as estratégias de luta. Através deste elemento, o Movimento expressa seu amadurecimento político e seu compromisso com as lutas da classe trabalhadora. Palavras como “ocupação é a única solução”, “ocupar, resistir, produzir”, “sem reforma agrária não há democracia” “reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio”, “reforma agrária: uma luta de todos”, “reforma agrária: por justiça social e soberania popular”, denunciam práticas opressivas contra as famílias camponesas, assim como as chama, assim como a sociedade à luta.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A luta anticapitalista empreendida pelo MST é articulada a partir de diferentes frentes, na perspectiva da construção de uma outra sociabilidade, sem qualquer forma de exploração, opressão ou humilhação. O “fio condutor” para isso é a organicidade exercida desde as famílias assentadas, pois é importante que [...] o processo de organização faça diferença não só no aspecto físico, mas também e principalmente no aspecto político, entendendo isso como elevação da consciência para o avanço da luta. [...] O movimento (de movimentar mesmo), que deve ser feito

é o de conseguir com que o processo de luta seja permanente formador das dimensões humanas, sendo políticas, culturais, afetivas, sociais, econômicas, enfim que garanta mudanças importantes na cabeça das pessoas, fortalecendo a identidade de Sem Terra, consolidando a identidade da classe trabalhadora. (Misnerovicz . 2007 p. 01)

Com a clareza de que a luta pela terra e pela reforma agrária dá-se no âmbito da luta de classes, a prática da solidariedade se manifesta em situações específicas como no caso da pandemia da Covid 19, quando famílias acampadas e assentadas doaram “9 milhões de toneladas de alimentos saudáveis, mais de 2,5 milhões de marmitas solidárias e 10 mil cestas básicas” (MST, 2024, p. 161). Outra dimensão desta solidariedade dá conta das brigadas internacionalistas em apoio a várias lutas em diversos países, como herança cultural da solidariedade internacionalista de Cuba.

A luta por uma outra sociabilidade exigiu uma luta para além da reforma agrária pensada nos moldes tradicionais, a reforma agrária clássica, fazendo o Movimento avançar na proposição de uma reforma agrária que não se limite à democratização da terra e acesso às políticas públicas efetivadas pelo Estado com vistas ao desenvolvimento econômico do país, mas, uma reforma agrária que considere as várias dimensões humanas e sociais para a construção de novas relações baseadas em valores que confrontem os ideários neoliberais.

A denominação teórica da proposição é Reforma Agrária Popular, que, como base para um projeto cultural do MST, tem

[...] centralidade na terra e defesa da natureza, entende a terra com bem da humanidade, organismo vivo que garante o garante o equilíbrio natural da vida; uma Reforma Agrária Popular protagonizada pela classe trabalhadora, transformando os camponeses e camponesas em protagonistas de suas lutas, assumindo a missão de produzir alimento saudável para o povo brasileiro; conservando os bens comuns dos povos, criando territórios de enfrentamento a toda forma de violência e com novas relações sociais, fundamentadas nos valores humanistas, superando também os preconceitos políticos que os consideram uma expressão do atraso tecnológico, cultural e político. Os protagonistas da Reforma Agrária Popular se tornam sujeitos de sua própria história. Assim, a Reforma Agrária Popular não é um processo apenas produtivo e ambiental. É, também, um processo permanente de re-humanização e emancipação humana, contribuindo de forma permanente na construção de uma sociedade livre da exploração e das opressões, articulada ao debate estratégico de um Projeto Popular para o Brasil (MST, 2024, p. 67)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A proposta é que a sociedade tenha controle do modelo de produção da agricultura e os cuidados com os bens da natureza, que devem ser de pertencimento à humanidade e não de propriedade privada; com produção agroecológica, na perspectiva da soberania alimentar; que seja assegurado às populações camponesas o respeito a seus direitos e suas culturas étnico religiosas.

Tal concepção possibilita múltiplas reflexões e problematizações acerca dos diversos elementos apontados, mas destaca-se aqui a ideia do “processo permanente de re-humanização e emancipação humana, contribuindo de forma permanente na construção de uma outra sociedade livre de exploração e das opressões”. Neste sentido, de forma estratégica, o MST tem avançado na compreensão teórico política do recorte raça e gênero na luta de classes.

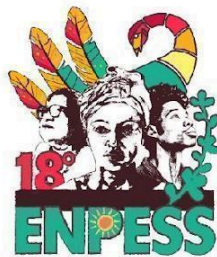
Em relação às relações patriarcais que configuram a formação brasileira, há muito reconhece a importância do papel das mulheres no processo de luta, e mais recentemente tem assumido o debate sobre a temática LGBT, com a formação do Coletivo LGBT Sem Terra, com a pauta da diversidade sexual e identidade de gênero, no sentido da luta contra a LGBTfobia, o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

Particularmente em relação à questão étnico racial a compreensão é de que, através de seu Grupo de Estudo Terra Raça e Classe, tanto o racismo, em sua vertente fundiária, quanto o patriarcado, estruturam o capitalismo, e que, portanto, atravessam a luta pela reforma agrária popular. (MST. 2022, s/p)

Em seu processo histórico, o MST apresenta-se como uma luta que se recria nas contingências conjunturais da política nacional, em meio a contradições e complexidades da dinâmica societária atual. Com isso, demarca-se que todas os elementos aqui apresentados, devem ser apreendidos de forma crítica e problematizada e que se tal não acontece neste texto, justifica-se pelos limites impostos por seu espaço físico e pela opção da autora em elencar aspectos importantes a serem considerados que muito bem simbolizam a insistente luta pela terra, pela reforma agrária e por uma nova sociabilidade no Brasil.

#### **4- Considerações**

A luta pela terra no Brasil tem suas origens no desenho concentrado da terra que deu bases para a formação do país. A reforma agrária, como questão irresoluta, permeia a questão



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

agrária, que tem nas desigualdades étnico raciais, elemento muito importante nas relações estabelecidas no campo a partir da posse, do uso e da propriedade da terra.

Muitas foram e são as organizações e movimentos sociais empenhadas na resolução da questão em pauta, seja indígena, quilombola, ribeirinho, extrativista, de mulheres; seja de escala regional ou nacional. Todas com concepções próprias e lutas específicas, dentre as quais o MST, que completa 40 anos, sendo reconhecido nacional e internacionalmente por sua articulação da luta pela terra à luta de classes. Isto posto, aponta-se à guisa de considerações que para a luta anticapitalista é imprescindível a articulação dos diversos movimentos sociais e de outras forças políticas democráticas, como partidos e setores progressistas da igreja.

Essa articulação deve possibilitar uma agenda convergente para um projeto popular com caráter nacional e internacional numa luta unificada. Tal articulação em torno da unificação das lutas anticapitalistas se apresenta como urgente, considerando os riscos em que se encontram o planeta e a humanidade com a crise sócio ambiental, por exemplo.

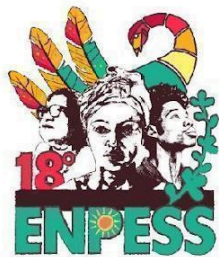
A vitória eleitoral de forças democráticas sob a liderança do Partido dos Trabalhadores não deve constituir desculpas para o comodismo político, sendo imperioso que organizações e movimentos apresentem demandas e exigências em relação a suas pautas, imprimindo-as nas agendas políticas nacionais.

Por fim, que a construção política do MST, a partir da luta pela terra e da reforma agrária, mesmo apresentando conquistas e avanços, dá-se mediada por complexidades e contradições, portanto, este Movimento não pode ser analisado sem serem consideradas as condições objetivas e subjetivas da sociabilidade imposta pelo capitalismo, sendo portanto. Na particularidade da reforma agrária popular, como proposta cultural do MST, se faz necessária a reimersão em processos coletivos de lutas históricas e atuais no Brasil e no mundo, com atenção especial à articulação do gênero, da raça na luta anticapitalista, portanto, de classes.

## Referências

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In CALDART, Roseli Salete e outros. **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular. 2012, São Paulo.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Coleção Antropologia da Política. Relume Dumará. UFRJ. Núcleo de Antropologia da Política. Rio de Janeiro. 2000



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente. 2008.

LERRER, Débora. **Reforma Agrária:** os caminhos do impasse. Ed. Garçonni. 2003. São Paulo.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta:** um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré – Maranhão. UFMA/Secretaria de Educação do Maranhão. Coleção Ciências Sociais. Série Questão Agrária 1. São Luis. 1984

MISNEROVICZ, José Valdir. **Acampamento como lugar de formação humana:** desconstrução e reconstrução. Mimeo. 2007.

MOURA, Clovis. **Rebeliões e senzala.** Editora Mercado Aberto, 4ª edição. Porto Alegre, 1988.

MST. **Agenda 2024.** Sem informações editoriais

MST. **Perspectivas democráticas e os desafios da questão racial na luta pela reforma agrária.** 2022. Disponível em <https://mst.org.br/2022/11/20/perspectivas-democraticas-e-os-desafios-da-questao-racial-na-luta-pela-reforma-agraria-popular/>. Acesso 15 de julho de 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. **A questão regional:** a hegemonia inacabada. Estudos Avançados. 1993. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/K8GfF5R6gPY7tTQFXWMxggP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 10 de maio de 2024.

POMAR, Wladimir. **Os latifundiários.** Editora Página 13. São Paulo. 2009.

SANTOS. Rafael de Oliveira Coelho dos. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009.** Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo. Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente. 2010.

SILVA, José Jonas Borges da Silva. **A contribuição da obra de Clóvis para se entender o racismo no Brasil.** Monografia do Curso Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. UFMA. 2019.

SILVA, José Jonas Borges da. **A migração na reforma agrária no Maranhão: o caso do assentamento Cigra – Lagoa Grande do Maranhão.** Monografia do Curso de Geografia da Universidade de São Paulo – USP. Presidente Prudente. 2011.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil:** programas de reforma agrária (1946 – 2003). Expressão Popular. São Paulo. 2005.